

Diplomacia na Era da Informação e Gestão do Conhecimento¹

António Sérgio Correia Mendonça

Resumo

A evolução contínua das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) coloca novos desafios a todos os actores sociais. A adaptação a esses desafios irá criar novas hierarquias independentes das fronteiras geográficas. O conceito de diplomacia, desde a sua origem tradicional ao contexto virtual mudou significativamente. O Estado deverá ter em conta a emergência de novos actores e a sua relevância na actividade diplomática.

Nos dias de hoje, a actividade diplomática tem de fazer face a uma concorrência acrescida de actores não estatais que fazem uso de novos recursos informacionais e comunicacionais. Estes actores (tais como as ONG, média, organizações terroristas, organizações ambientais e de recursos humanos, entre outros) tornaram-se aptos a desempenhar algumas das funções estatais típicas gerando uma distribuição mais difusa do poder, menos centrada no Estado. Muitos deles estão tecnologicamente muito bem preparados, fazendo um uso intensivo das TIC e, sobretudo, da computação em rede, obtendo um acesso cada vez mais fácil a um conjunto significativo de pessoas e informações.

As instituições diplomáticas terão de adaptar-se à Era da Informação, determinando esta, em grande medida o modo como a actividade diplomática será exercida no futuro, e quais os actores predominantes.

Dado que a informação e a sua gestão são basilares no desempenho de toda a actividade diplomática, será importante verificar em que medida um acesso mais generalizado a este recurso

¹ Este trabalho baseia-se na dissertação de mestrado com o mesmo título defendida pelo autor na Escola de Engenharia da Universidade do Minho a 14 de Dezembro de 2009, sob orientação da Professora Doutora Isabel Ramos. Qualquer erro ou omissão é da inteira responsabilidade do autor.

poderá alterar o modo como a actividade é desempenhada, mas também ao nível do público-alvo da actividade, modificando a sua percepção.

O desenvolvimento das tecnologias e das redes assume hoje um papel central na actividade diplomática, requerendo a adopção de novos processos de interacção virtual.

Neste contexto, será necessária uma mudança tecnológica, acompanhada por mudanças nas estruturas das organizações, e um aumento das qualificações que adapte a diplomacia a uma sociedade organizada em rede.

“Diplomacy is the art of advancing national interests through the sustained exchange of information among nations and peoples. Its purpose is to change attitudes and behaviour”

Fulton (1998, p. 10)

A presente comunicação parte do conceito tradicional de diplomacia e da informação como matéria-prima base desta actividade, abordando o conceito de diplomacia virtual enquanto exercício da actividade diplomática adaptada a um novo ambiente comunicacional e a um novo contexto tecnológico. Apesar de a actividade diplomática já ter sido sujeita anteriormente a esforços de adaptação a diferentes modos de comunicar, o desenvolvimento das TIC, nomeadamente ao nível do tratamento da informação disponível, e o desenvolvimento das redes enquanto forma de organização social, e das redes electrónicas em particular, colocam hoje desafios muito exigentes ao exercício da actividade diplomática.

Diplomacia

A diplomacia pode ser definida genericamente como a gestão das relações internacionais pela negociação, ou pelo método através do qual essas relações são ajustadas e geridas pelos embaixadores e enviados, tendo em atenção os interesses dos diversos actores. Smith (1999) define diplomacia como “a arte de defender os interesses nacionais através da troca de informação sustentada entre governos, nações e outros grupos. Moreira (2005, pp. 74-75) define-a como “uma arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados”.

Schultz (1997) vem sublinhar outra vertente da diplomacia, afirmando que “a matéria-prima da diplomacia é a informação: a forma como é obtida, acedida e tratada para o benefício de outros”,

enquanto que Smith (1999) refere que a informação, pública ou privada é o sangue da actividade diplomática.

Diplomacia virtual

Tradicionalmente, a diplomacia baseava-se na *realpolitik*² e na imposição da força (*hard power*) na defesa dos interesses directos dos Estados. Martin (2001) refere que a Era da Informação cria as condições para que a diplomacia clássica baseada na *realpolitik* e no *hard power*, seja substituída por uma nova diplomacia baseada por exemplo, na *cyberpolitik*³ (ou na *noopolitik* de Ronfeldt & Arquilla⁴) e no *soft power*⁵, adaptada a um novo ambiente comunicacional. A Era da Informação cria, portanto, condições para o surgimento de uma revolução no modo como a diplomacia é exercida.

No entanto, e tal como referem Ronfeldt & Arquilla (1999) poderá ser difícil operar esta revolução dado que a diplomacia não foi historicamente sujeita a uma concorrência organizacional, o que poderá criar resistências acrescidas à mudança. Tal como sublinha Guehenno (1997), tal revolução altera necessariamente a relação de poder, aparentemente, em prejuízo dos Estados.

O acesso mais aberto a fontes de informação e canais de divulgação e, sobretudo, à computação em rede provocou o aparecimento de actores não estatais como as Organizações Não Governamentais (ONG), os média ou associações de carácter local, que conseguem actuar de forma independente das fronteiras físicas.

A diplomacia virtual acentua o uso do *soft power* ou do “poder cultural” como definido por Nye (2006), exercido, nomeadamente, através da persuasão, informação pública, educação, cultura, comunicações e marketing tendo em vista a predominância de interesses, valores e políticas.

Tradicionalmente, os diplomatas eram os únicos interlocutores entre países, num contexto em que o controlo da informação e do entretenimento e das imagens e opiniões foi durante muito tempo uma ferramenta fundamental do poder do Estado. No entanto, actualmente existe uma

² Pode definir-se como realismo, significa que os Estados agem fundamentalmente em função dos seus interesses fazendo uso frequente da força, sem grandes apelos a juízos morais.

³ Ver ponto 4.3. deste estudo.

⁴ Ver 4.2.

⁵ Por *soft power* entende-se a capacidade de atingir objectivos fixados condicionando o comportamento de outros Estados através da persuasão em detrimento da coerção.

comunicação que não é intermediada e uma troca de informações entre cidadãos que ocorre vinte e quatro horas por dia, com um acesso cada vez mais generalizado à Internet.

Esta é uma mudança cuja face visível é, em grande medida, a tecnologia. No entanto, os desafios resultantes da mudança tecnológica transcendem largamente a dimensão estritamente tecnológica, e exigem, sobretudo, mudanças nas estruturas organizacionais das entidades envolvidas. Smith (2001) considera que os desafios que a diplomacia virtual coloca à diplomacia tradicional só apenas em 10% são tecnológicos, sendo 90% relacionados com cultura organizacional, prioridades de recursos humanos e procedimentos operacionais.

Realpolitik vs. Noopolitik/Cyberpolitik/Netpolitik

Realpolitik refere-se ao “exercício da diplomacia em que se sobrepõem as considerações práticas em detrimento das noções ideológicas”⁶. Ronfeldt & Arquilla (1999) associam o seu uso no governo americano durante a Presidência de Richard Nixon pela influência de Henry Kissinger, tido como uma das grandes referências desta prática diplomática no sec. XX.

A *realpolitik* associada à diplomacia clássica refere-se à defesa dos interesses estatais criando e preservando um equilíbrio de poder que impede qualquer Estado de se tornar demasiado poderoso, mantendo a ordem e evitando o caos, num contexto centrado no Estado. Um dos sinais de enfraquecimento da *realpolitik* é o facto de requerer uma acção livre e independente dos Estados.

Ronfeldt & Arquilla (1999; 2007) falam da existência e da criação de uma noosfera, termo criado pelo teólogo Teilhard de Chardin, para designar uma espécie de consciência planetária ligada em rede, consubstanciada numa síntese entre pessoas de nações diferentes e culturas diferentes. A noosfera (ver Figura 1) é considerada uma dimensão muito vasta que inclui o ciberespaço⁷ e a infosfera⁸ definida como um sistema de processamento da informação comparável à mente humana.

⁶ www.merriam-webster.com/dictionary/realpolitik

⁷ De acordo com Ronfeldt e Arquilla (2007) refere-se ao sistema global de computadores ligados à Internet, infraestruturas de comunicação, bases de dados. Pode significar a Internet, mas também os ambientes electrónicos e infra-estruturas críticas das empresas, governos e exércitos. É a mais recente fonte de poder e propriedade no mundo. Encontra-se muito associado à tecnologia empregue.

⁸ Mais abrangente que o ciberespaço, a infosfera inclui, para além da vertente tecnológica a que o ciberespaço se refere, os sistemas de informação, os média, bem como instituições e bibliotecas, mesmo que não electrónicas. No contexto militar, inclui os sistemas de comando, controlo, computadores, comunicações, *intelligence*, vigilância e

Para lidar com esta realidade, estes autores consideram necessária a *noopolitik*, como um novo paradigma para a diplomacia que transcende a *realpolitik* e está mais adaptada a lidar numa relação de forças reequilibrada entre Estado, mercado, actores da sociedade civil.

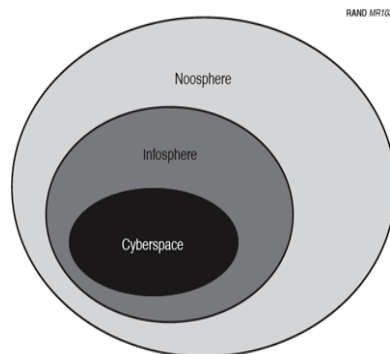


Figura 1 – A Noosfera (Fonte: Ronfeldt, Arquilla, 1999)

Poderá falar-se de um equilíbrio de conhecimento como referência para a defesa dos interesses estatais. Os equilíbrios deixam de ser obtidos pela imposição da força de um Estado sobre outro através da centralização e controlo de todo o processo pelo Estado e da defesa dos seus interesses exclusivos, passando-se para um contexto de maior interdependência.

Em resumo, a *noopolitik* constitui-se como uma abordagem à diplomacia que sublinha a partilha de interesses, ideias, valores, normas, leis e ética através do *soft power*, abrangendo redes de actores estatais e não estatais, ao contrário da *realpolitik* que abrange apenas Estados. Ronfeldt & Arquilla (2007) consideram que a emergência de líderes como Nelson Mandela e George Soros (cuja ascensão pouco terá tido a ver com *realpolitik*) reflectem a emergência da *noopolitik*.

Um dos exemplos mais claros da importância da *noopolitik* será o da *wikipedia*. Steven (2008, p. 4) sustenta terem sido necessárias cem milhões de horas de pensamento humano para a criar, correspondendo a uma mudança na forma como as pessoas utilizam o seu cérebro.

Por outro lado, a nova teoria apelidada de *cyberpolitik*, apresentada por Rothkopf (1998) revela alguns pontos em comum com a *noopolitik* de Ronfeldt & Arquilla, adaptando-se bem ao novo contexto internacional, realçando a importância do *soft power* informacional para expressar ideias, valores normas e éticas através da comunicação social.

reconhecimento. Pode ser definida como o conjunto do ambiente e infraestrutura global de informação [Ronfeldt & Arquilla (2007)].

Para Rothkopf (1998), a *cyberpolitik* é a *realpolitik* do amanhã, procurando atingir os mesmos fins numa realidade diferente, em que os actores não são já exclusivamente os Estados, mas em que o mais poderoso continuará a prevalecer, com uma utilização substancialmente diferente de fontes, instrumentos e medidas.

A *netpolitik* proposta por Bollier (2003) procura compreender e lidar com o mundo do século XXI de alta tecnologia, estruturas em rede, comunicações rápidas e insegurança global. Tal só poderá ser implementado através de uma série de redes e de uma variedade de meios de comunicação social. A *netpolitik* vem assim significar a importância da rede como princípio organizacional na condução dos assuntos internacionais.

Bollier (2003, p. 38) sublinha que a Internet já não é uma força periférica na condução da política internacional, transformando não apenas as economias mas também os valores, as identidades e práticas sociais, num espaço alargado sem fronteiras físicas definidas.

Diplomacia e Sociedade em Rede

Uma das características fundamentais da Era da Informação é a computação em rede em que uma única rede integrada de comunicações digitais acaba por centralizar um conjunto vasto de funções. Tal reflecte também uma alteração da forma de organização da própria sociedade, assente cada vez mais nas redes em detrimento das estruturas organizacionais assentes em hierarquias rígidas. O Quadro 1 faz uma pequena síntese das principais características distintivas destas duas formas de organização económica, a partir da análise de Powell (1990, p. 300).

Quadro 1 – Formas de Organização Económica e Social: Hierarquia vs Rede⁹

	Formas de Organização	
	Hierarquia	Rede
Base Normativa	Relação de Emprego	Complementaridade de Forças
Meios de Comunicação	Rotinas	Relacional
Métodos de Resolução de Conflitos	Supervisão	Reciprocidade
Grau de Flexibilidade	Baixo	Médio
Clima	Formal/Burocrático	Aberto/Benefícios Mútuos
Preferências ou Escolhas dos Actores	Dependentes	Interdependentes

Fonte: Powell (1990, p. 300) - *Adaptado*

O paradigma do novo ambiente de comunicações é o recente desenvolvimento da computação em rede. A principal propriedade deste novo ambiente pode ser comparada a um sistema nervoso central planetário composto por uma rede de dispositivos de comunicação, telefones, faxes, televisões, computadores, *pda's* que, interligados, formam uma única rede integrada de comunicações electrónicas digitais. Trata-se de uma rede que nunca é desligada, trabalhando à velocidade da luz, penetrando cada vez mais os diversos aspectos da vivência humana passando pela utilização de computadores portáteis até aos telemóveis, constituindo uma “moderna ordem mundial” (Martin, 2001).

⁹ Não foi objectivo deste trabalho a análise aprofundada das diferentes formas organizacionais. Para uma análise mais aprofundada, ver por exemplo Ronfeldt (2009), “The Four TIMN forms compared”, em <http://twotheories.blogspot.com/>

Bollier (2003, p. 8) sustenta que a rede é flexível e ágil, permanentemente apta a reconfigurar-se para fazer face a novos desafios conferindo uma vantagem competitiva àqueles que estiverem mais aptos a partilhar, trocar e receber a informação mais relevante. As redes baixam o custo de acção colectiva, tornando os grupos grandes e dispersos aptos a organizar e influenciar eventos mais que nunca (Metzl, 2001, p.1). Neste contexto de democratização do acesso à informação por diversos grupos (não exclusivo já do Estado) as tradicionais fontes de informação diplomáticas (espionagem, informação classificada) tornam-se cada vez menos importantes.

Redes Sociais e Diplomacia

Os diplomatas deverão, de forma empenhada, fazer uso das vantagens de escala propiciadas pela rápida expansão das redes sociais *online*, trabalhando com as comunidades *online* existentes e desenvolvendo novas comunidades para a pesquisa, desenvolvimento e transmissão de políticas.

Dado que as aplicações *Web 2.0* estão cada vez mais sofisticadas e difundidas, “os sítios dos ministérios dos negócios estrangeiros deverão parecer-se e ter prestações como os mais avançados sítios dos média mundiais (...) cada vez mais os países tornar-se-ão as imagens que projectarem no mundo *online*” [Potter (2008)].

A título exemplificativo, refira-se o site de microblogging *Twitter* que apresenta uma importância prática ao nível da acção diplomática virtual. Tal pode ser comprovado pelo pedido efectuado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América aos administradores do *site* para que fosse adiada uma operação de manutenção que implicava deixar o serviço desactivado, na altura das manifestações pós-eleitorais em Teerão, em que muita da informação estava a ser difundida através do *Twitter*¹⁰.

O lado negro da computação em rede

A evolução da computação em rede conduziu ao conceito de *guerra de informação*, novo paradigma de guerra também aproveitado por organizações, como as criminosas e terroristas cujas acções, fazendo uso das especificidades das redes de comunicação, têm conduzido nos últimos anos à identificação do lado negro associado ao desenvolvimento das redes. Pode ser definido como ‘modo de conflito emergente ao nível da sociedade, onde os protagonistas usam

¹⁰ A este respeito ver “Ataque informático cala o *Twitter* durante mais de duas horas”, Jornal Público, edição de 7 de Agosto de 2009.

formas de organização em rede e respectivas doutrinas, estratégias e tecnologias associadas à era da informação. Os protagonistas poderão ser organizações dispersas, pequenos grupos e indivíduos que comunicam, coordenam e conduzem as suas campanhas em rede, sem um comando central' (Ronfeldt & Arquilla, 2001, p. 3). Estes autores sublinham o facto de os actores serem predominantemente não estatais, podendo ser agentes de um Estado, ou podendo tentar transformar os Estados em seus agentes.

“As infra-estruturas nacionais críticas de energia, telecomunicações e transporte assim como bases de dados e sistemas de informação da saúde e do sistema financeiro, encontram-se hoje muito vulneráveis a *hackers* e ciberterroristas” (Ronfeldt & Arquilla, 2001, p. 3). Esta é uma preocupação muito relevante, dada a vulnerabilidade de muitos serviços críticos do Estado, que poderá conduzir a um conjunto de ameaças sobre esses serviços.

Uma ameaça óbvia, no que se refere especificamente ao desenvolvimento das redes refere-se às restrições à liberdade e à privacidade dos cidadãos. Novos métodos de vigilância e monitorização estão a ser desenvolvidos e a polémica relativa aos sistemas de *intelligence Echelon*¹¹, *Semantic Forests*¹² e *Carnivore*¹³ manifestam o que serão preocupações duradouras. Estes autores alertam ainda para a possibilidade da emergência de *ditadores da era da informação* em várias partes do mundo, explorando as novas tecnologias para propósitos de comando e controlo.

Finn (2000) alerta para o facto de grandes empresas mundiais estarem a desenvolver redes supranacionais de riqueza e informação que lhes concederão uma nova forma de soberania, que lhes possibilitará uma modificação da relação de forças prevalecente a seu favor.

Diplomacia Virtual em Portugal? Utilização das TIC na diplomacia portuguesa e o contexto internacional

Depois de efectuada a caracterização dos principais desafios colocados à actividade diplomática a nível global em função dos desenvolvimentos ao nível das TIC associados à Era da Informação, e das oportunidades e riscos a eles associados, iremos verificar a situação relativa de Portugal neste contexto.

¹¹ Nome atribuído pelos media a sistema espião mundial anglo-americano, presumivelmente secreto, concebido para interceptar comunicações internacionais de telefones, *emails*, faxes permitindo busca por palavra-chave. A este respeito ver www.cyber-rights/interception/echelon

¹² Ferramenta desenvolvida pelo Departamento de Defesa dos E.U.A. que permite efectuar buscas em documentos por palavra-chave.

¹³ Ferramenta de vigilância desenvolvida pelo FBI para interceptar todo o tráfego na Internet de pessoas sob investigação, que terá sido abandonado em 2005. A este respeito ver epic.org/privacy/carnivore

A escassez de trabalhos académicos neste domínio no nosso país, parece sugerir que os desafios associados à diplomacia virtual em Portugal não terão sido ainda muito explorados e estudados. Por outro lado, não nos foi possível aceder aos dados relativos à utilização de TIC na actividade diplomática em Portugal, junto de entidades oficiais, nem às perspectivas existentes nesse domínio por parte dessas mesmas entidades.

Pelo que, com o intuito de obter elementos que nos possibilitassem caracterizar a actividade diplomática em Portugal, optou-se pelo recurso aos contributos de actores associados à actividade diplomática em Portugal em diferentes áreas, nomeadamente o testemunho de especialistas de renome e de profissionais reputados associados ao exercício da actividade diplomática e às TIC, que possibilitassem a caracterização da situação actual em Portugal, e dos cenários futuros expectáveis, a partir de um conjunto de questões previamente definidas.

Questionário

O questionário foi elaborado com o objectivo de abranger um conjunto de tópicos relevantes associados ao exercício da actividade diplomática na Era da Informação.

1) Acha que o uso das novas TIC, e a obtenção de competências tecnológicas, são hoje decisivos no exercício da actividade diplomática?

2) De que forma as redes electrónicas, traduzidas na criação de um novo ambiente comunicacional e de uma nova forma de organização, assentes na disseminação das TIC, ao penetrarem em cada vez mais aspectos do quotidiano, alteraram o conceito de Segurança Nacional e a acção das instituições? Que impacte podem ter as redes sociais online no equilíbrio de poderes e na diplomacia?

3) Como é que o acesso generalizado à informação pode afectar o exercício tradicional da diplomacia?

4) A sua instituição já efectuou consultas online ao público em geral tendo em vista a partilha, discussão ou debate com os cidadãos? Põe a hipótese da construção de plataformas online com esse fim?

5) *Relativamente ao sector privado e aos actores não governamentais, os agentes diplomáticos tradicionais encontram-se em vantagem ou desvantagem tecnológica? Porquê?*

6) *As TIC, a Internet e as funcionalidades da Web 2.0, modelo de internet em que o conteúdo é criado e partilhado pelos utilizadores de forma interactiva, colocam algum tipo de problema ao exercício do poder político e militar (em Portugal)?*

7) *Na sua opinião, qual pensa ser o posicionamento relativo de Portugal no aproveitamento das potencialidades das TIC no exercício da actividade diplomática, no contexto internacional?*

8) *Quais os desafios futuros que vislumbra que se coloquem à diplomacia portuguesa neste campo? Que recomendações faria à generalidade dos actores diplomáticos portugueses?*

Entrevistados e razões para a sua escolha

Tendo em vista a recolha de contributos válidos e, considerando os objectivos estabelecidos, foi contactado um conjunto relativamente alargado de especialistas associados a entidades públicas portuguesas (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, Ministério da Defesa Nacional/Exército Português, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação – INETI, Autoridade Nacional de Comunicações – ANACOM, Portugal Telecom), instituições internacionais (Comissão Europeia, Organização do Tratado do Atlântico Norte – NATO) instituições universitárias (Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa), tendo sido possível obter um conjunto de contributos relevantes das seguintes personalidades:

- *Professor Doutor José Tribolet (IST/INESC)*
- *Eng. Luís Mira Amaral (BIC)*

- *Professor Doutor Augusto de Albuquerque (Comissão Europeia)*
- *Eng. Luís Sousa Cardoso (PT/FIINA)*
- *Contra-Almirante Mário Carmo Durão (MDN)*
- *General António Bispo (INETI)*
- *Dr. André Bandeira (NATO)*
- *Professor Doutor Paulo Cardoso do Amaral (UCP/Academia Militar)*
- *Tenente-Coronel Francisco Proença Garcia (NATO/Academia Militar)*
- *Contra-Almirante António Gameiro Marques (MDN)*
- *Dra. Maria Helena Monteiro (ISCSP)*
- *Professora Doutora Sandra Balão (ISCSP)*
- *Eng. Manuel Barros (ANACOM)*
- *Dr. Eduardo Manuel Henriques (AICEP)*
- *Dr. Luís Miguel Fontoura (AICEP)*

Todas as entrevistas foram efectuadas por correio electrónico. Saliente-se que, apesar dos contactos estabelecidos com o Ministério dos Negócios em Estrangeiros não foi possível obter o contributo directo de nenhum dos quadros desta instituição.

Conclusões – a Diplomacia Portuguesa na Era da Informação

Tendo por base as entrevistas efectuadas, parece poder concluir-se existir, em termos gerais, uma necessidade premente de adaptação pelos diversos actores diplomáticos nacionais às tecnologias de informação e comunicação, e a novas formas de comunicar e gerir informação.

Parece estar em causa a existência de uma verdadeira actividade diplomática adaptada à Era da Informação, ou diplomacia virtual no nosso país comparativamente a outros, pelo menos ao nível de outros países mais desenvolvidos, não sendo aproveitadas as oportunidades concedidas pelas mudanças ocorridas na tecnologia, nem sendo potenciada uma lógica de funcionamento e organização da sociedade em rede.

Na prática, parece subsistir uma utilização de ferramentas tradicionais num contexto diferente, de um campo de actuação profundamente modificado, não sendo implementados de forma consistente.

Parece estarmos perante uma necessidade muito urgente de adopção de políticas sustentadas adaptadas a um novo contexto diplomático, que assente no uso do *soft power* informacional para expressar ideias, valores e normas através do novo ambiente comunicacional já prevalecente.

A consideração de referenciais teóricos como a *noopolitik* de Ronfeldt & Arquilla (1999; 2007) assente no entendimento de todo o planeta como uma enorme rede global, e de uma relação de forças reequilibrada entre Estado, mercado e sociedade civil, sublinhando os fenómenos de criação e partilha de conhecimento, poderá servir de suporte conceptual à adopção de uma nova abordagem à actividade diplomática no contexto nacional, mais adaptada aos desafios actuais.

É necessário adaptar-se a sociedade em que os actores sociais são cada vez mais agentes globais com agendas globais, num ambiente composto por uma rede de dispositivos de comunicação interligados numa única rede integrada de comunicações electrónicas digitais, permanente, que determina já hoje uma ‘moderna ordem mundial’ (Martin (2001)).

Os contributos recolhidos, parecem expressar, um relativo desconhecimento por parte dos actores diplomáticos portugueses dos desafios e oportunidades concretos que se colocam à actividade, em resultado das novas formas de comunicar existentes e de uma sociedade que se organiza em rede, e em que os desenvolvimentos tecnológicos possibilitam crescentes formas de interacção virtual com os cidadãos.

Na prática, tal traduz um risco de perda de predominância em funções por si exercidas, em benefício de actores concorrentes, sejam outros países ou agentes privados, com consequências relevantes para o país e para os seus cidadãos e agentes económicos.

Uma alteração do cenário acima identificado implicará que a tecnologia seja levada mais a sério e sejam efectuados esforços substanciais que possibilitem essa adaptação, aproximando mais as práticas diplomáticas do ambiente comunicacional global e aos novos modos de relação com os cidadãos.

Este processo tenderá a implicar uma formação mais intensiva em áreas tecnológicas ou associadas a sistemas de gestão da informação e do conhecimento e/ou a contratação de funcionários habilitados nessas áreas, reconfigurando as estruturas hierárquicas das organizações envolvidas, valorizando mais a autonomia e criatividade dos seus funcionários e a sua comunicação com o exterior das organizações, tendo sempre presente a necessidade de adopção de práticas rigorosas ao nível da segurança digital.

A Era da Informação conduziu a uma redefinição dos limites da segurança nacional, estando hoje muito mais associada às novas tecnologias de informação e comunicação do que no passado, contemplando a realidade do ciberespaço. A preparação para cenários de *guerra de informação* deverá merecer uma atenção muito particular dos Estados e agentes diplomáticos.

O desenvolvimento continuado de um conjunto alargado de redes sociais e de comunidades globais *online* tenderá a implicar uma crescente participação activa dos agentes diplomáticos nessas comunidades, dado o potencial da Internet na circulação de informação e de ideias, gerando debates e influenciando opiniões. No entanto, tal requer o conhecimento dessa realidade, e instrumentos e riscos associados, que em grande medida, parece não existir nos agentes diplomáticos nacionais, o que vem ameaçar a eficácia da actividade diplomática e uma acção consistente no ciberespaço.

O caso português parece recomendar uma grande atenção a aspectos tecnológicos e diminuição da burocracia, que poderá ser atingida através de mudanças organizacionais privilegiando estruturas menos hierarquizadas e mais flexíveis,

Um dos passos fundamentais para enfrentar os desafios colocados ao exercício da actividade diplomática na Era da Informação passará por um investimento permanente em formação e elevação das aptidões tecnológicas dos agentes diplomáticos.

Referências Bibliográficas

- Bollier, D. (2003). *The Rise of Netpolitik: How the Internet is Changing International Politics and Diplomacy*. A Report of the Annual Aspen Institute Roundtable on Information Technology (11th, Aspen, Colorado, August 1-4, 2002). Retirado de http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recordDetails/detailmini.jsp?_nfpb=true&_ERICExtSearch_SearchValue_0=ED474412&ERICExtSearch_SearchType_0=no&accno=ED474412
- Finn, E. (2000), *International Relations in a Changing World: A New Diplomacy?*. Princeton: Princeton University
- Fulton, B. (1998). *Reinventing Diplomacy in the Information Age*. Retirado de <http://ics.leeds.ac.uk/papers/pmt/exhibits/799/reinventingdip.pdf>
- Guehenno, J. M. (1997). *The Topology of Sovereignty*. Paper Presented at the 1997 Virtual Diplomacy Conference. Retirado de <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/vguehenno.html>
- Martin, T. (2001). Virtual Diplomacy. *A Student Journal of International Affairs, Volume 2*. Retirado de http://www.carleton.ca/e-merge/v2_art/v2_art1/1.html
- Metzl, J. (2001). Network Diplomacy. *Georgetown Journal of International Affairs, Winter/Spring 2001*.
- Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Nye, J. S. (2006). Think Again: Soft Power. *Foreign Policy, February 2006*. Retirado de http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3393
- Potter, E. (2008). *Web 2.0 and the new public diplomacy: impact and opportunities*. Retirado de <http://www.fco.gov.uk/en/about-the-fco/publications/publications/pd-publication/web-2>
- Powell, W. W. (1990). Neither Market nor Hierarchy: Network Forms of Organization. *Research in Organizational Behavior, Vol. 12*, 295-336.
- Público (2009, Agosto 7). Ataque informático cala o Twitter durante mais de duas horas. *Jornal Público*.
- Ronfeldt, D. & Arquilla, J. (2001). Networks, Netwars, and the Fight for the Future. *First Monday, issue 6_10*. Consultado em 17 de Maio de 2008 em http://firstmonday.org/issues/issue6_10/ronfeldt/

- Ronfeldt, D. & Arquilla, J. (1999). *What if There is a Revolution in Diplomatic Affairs?*. Paper Presented at the International Studies Association Conference, Virtual Diplomacy: A Revolution in Diplomatic Affairs (18 February 1999). Consultado em 1 de Julho de 2007 em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/reports/ronarqISA99.html>
- Ronfeldt, D. & Arquilla, J. (2007). The Promise of Noöpolitik. *First Monday*, issue 12_8. Consultado em 20 de Outubro de 2008 em http://firstmonday.org/issues/issue12_8/ronfeldt/index.html
- Ronfeldt, D. (2009) *The Four TIMN forms compared*. Retirado de <http://twotheories.blogspot.com>
- Rothkopf, D. (1998), Cyberpolitik, The Changing Nature of Power in the Information Age, *Journal of international Affairs* 51, n.º 2, 325-359.
- Schultz, G. (1997). *Keynote Address from the Virtual Diplomacy Conference: The Information Revolution and International Conflict Management*. PeaceWorks 18 (September 1997). Consultado em 1 de Julho de 2007, em http://www.usip.org/pubs/pworks/virtual18/vdip_18.html
- Smith, G. S. (1999). *Reinventing Diplomacy: A Virtual Necessity*. Paper Presented at the International Studies Association Conference, Virtual Diplomacy: A Revolution in Diplomatic Affairs (18 February 1999). Consultado em 1 de Maio de 2008, em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/reports/gsmithISA99.html>
- Smith, G. S. (2001). *The Challenge of Virtual Diplomacy*. United States Institute of Peace. Consultado em 1 de Maio de 2008 em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/gsmith.html>